

Crítica dos partidos políticos

ANTONIO OZAÍ DA SILVA*

Resumo: Os partidos políticos são formas de organização social historicamente determinadas, isto é, resultam de processos históricos e sociais objetivos e subjetivos. Desde suas origens sempre foram contestados. A polêmica sobre a própria terminologia da palavra “partido” indica questionamentos sobre a sua função política e existência. Com a evolução da sociedade industrial de massas, o crescimento das demandas democráticas, os partidos políticos se fortaleceram e se afirmaram como imprescindíveis à democracia social. Os partidos sociais-democráticos são a expressão dessa fase de consolidação da inserção das massas na política e a conquista do sufrágio universal masculino – só depois de muita luta que as mulheres conquistaram o direito ao voto. Os partidos políticos passaram a ser concebidos como pilares da democracia representativa. Mas esta perspectiva não é consensual. Os partidos permaneceram sob contestação. É o que procuramos demonstrar neste trabalho, a partir da contribuição de autores como Robert Michels e outros clássicos sobre o tema.

Palavras-chave: Partido político; Social-Democracia; Democracia; Política; Crítica.

Criticism of political parties

Abstract: Political parties are historically determined forms of social organization, that is, they result from objective and subjective historical and social processes. Since its origins, they have been contested. The controversy over the very terminology of the word "party" indicates questions about its political function and existence. With the evolution of the mass industrial society, the growth of democratic demands, political parties became stronger and affirmed themselves as essential to social democracy. Social-democratic parties are the expression of this phase of consolidation of the insertion of the masses in politics and the conquest of universal male suffrage - it was only after much struggle that women won the right to vote. Political parties came to be conceived as pillars of representative democracy. But this perspective is not consensual. The parties remained under challenge. This is what we seek to demonstrate in this work, based on the contribution of authors such as Robert Michels and other classics on the subject.

Key words: Political party; Social-Democracy; Democracy; Politics; Criticism.



* ANTONIO OZAÍ DA SILVA é Professor Associado na Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Introdução

Há quem argumente que os partidos políticos são os pilares da democracia representativa. Por outro lado, existem os críticos à democracia “burguesa” que rejeitam a organização partidária – nesta perspectiva, os partidos políticos são concebidos enquanto sustentáculos da ordem social capitalista, na medida em que, mesmo os que contestam a ordem estabelecida, legitimam o regime capitalista. Mas há quem, ainda que conteste o regime político democrático burguês, entende que o partido é capaz de transformar a ordem burguesa, desde que mantenha o caráter revolucionário.

De qualquer forma, o partido político carece de prestígio. É patente a desconfiança e insatisfação em relação à política institucionalizada, aos políticos e partidos. A abstenção eleitoral e o apoio às personalidades aparentemente *apolíticas* e alternativas aos sistemas partidários tradicionais, políticos que chegam a negar o próprio *status* de políticos, ou que surgem como salvadores da pátria, mostram o quanto a política institucional alicerçada na organização de partidos é questionada.

Partimos do pressuposto de que os partidos servem à manutenção da ordem social, reforçam o *status quo* societário vigente. Por outro lado, os partidos sociais-democratas (e socialistas) foram criados contra a ordem social, enquanto depositários do *dever* pós-capitalista. Partidos, portanto, cuja função e motivação era transformar a sociedade, revolucioná-la. Nesta perspectiva, resgatamos a experiência histórica da social-democracia. Esta opção segue a trilha de Umberto Cerroni, o qual afirma:

Opto por estudar o partido socialista porque ele se projeta como o protótipo histórico-teórico capaz de explicar o nascimento do partido político moderno e do moderno

sistema político de partidos. De resto, não é acidente o fato de que, em todos os países evoluídos, o partido que primeiro se atribui uma organização difusa e um programa nacional é exatamente o partido operário-socialista. (CERRONI, 1982, p. 14).

Neste percurso, resgatamos o debate terminológico, as definições clássicas sobre os fins a que se prestam os diversos partidos políticos e as críticas à organização partidária. O intuito é, sobretudo, estimular a reflexão sobre o fenômeno partidário enquanto contestador e legitimador da ordem social capitalista.

1. A polêmica terminológica

Desde as origens, os partidos foram submetidos à crítica, não foram aceitos sem resistência. A polêmica inicia-se com a terminologia da palavra *partido*. Se na contemporaneidade a aceitamos sem maiores questionamentos, nem sempre foi assim. Como mostra Sartori (1982, p. 23):

O termo “partido” entrou em uso, substituindo gradualmente a expressão depreciativa “facção”, com a aceitação da idéia de que um partido não é necessariamente uma facção, que não é necessariamente um mal e que não perturba necessariamente o *bonum commune*, o bem-estar comum. A transição de facção para partido foi, na verdade, lenta e tortuosa, tanto no domínio das ideias como no dos fatos. A segunda metade do século XVIII mal havia começado quando Voltaire escreveu concisamente na *Encyclopédie*: “A palavra *partido* não é, em si, repulsiva; a palavra

facção sempre é.”¹ Com o seu versátil gênio para a síntese, Voltaire resumiu nesta frase um debate iniciado por Bolingbroke em 1732 e que se desenrolaria ainda por cerca de um século.

Durante muito tempo o partido foi identificado com *facção*, isto é, visto como algo prejudicial à nação e concernente aos interesses egoístas e particulares de grupos e indivíduos. Durante a Revolução Francesa, os revolucionários rejeitaram o partido político. Como resgata Sartori (ibidem, p. 31):

Condorcet, ao aconselhar os girondinos sobre seu projeto constitucional argumentou – contra os partidos ingleses – que “uma das necessidades primordiais da república francesa é não ter nenhum”. Danton declarou: “Se fossemos exasperar mutuamente, acabaríamos formando um partido, ao passo que necessitamos de apenas um, o da razão”. Robespierre afirmou ser “o interesse pessoal” que provoca uma pluralidade de partidos, e que “em toda parte onde vejo ambição, intriga, esperteza e maquiavelismo, ali reconheço uma facção; e a natureza de todas as facções é sacrificar o interesse geral”. Saint-Just foi ainda mais drástico: “Todo partido é criminoso. (...) Toda facção é portanto criminosa. (...) Toda facção procura enfraquecer a soberania do povo”. E ainda mais concisamente, disse: “Ao dividir um povo, as facções substituem a liberdade pela fúria do partidarismo.”²

Os termos *facção* e *partido* são utilizados indistintamente. Não obstante, a terminologia fornece elementos para a compreensão da recusa e crítica dos partidos políticos. *Facção* se origina do verbo latino *facere* (fazer, agir). Por sua vez, *factio* indica um grupo político faccioso, isto é, empenhado em *facere* num sentido perturbador e nocivo. Já o termo *partido*, do latim *partire*, significa dividir e tem como antecessor a palavra *seita* (no latim, *secare*), que também se refere a divisão, pois significa separar, cortar. De um lado, temos a palavra *partido* como *parte*, isto é, que separa e divide. Por outro, a palavra adquire o significado de partilha, participação, tomar parte em. “A palavra “parte” está no verbo francês *partager*, que significa partilhar, tal como entra no inglês *partaking* (participação, partilha) (para não falarmos de *partnership* [associação] e *participation* [participação])”, esclarece Sartori (Ibidem, p. 24). Assim, a palavra partido termina por ser incorporada ao vocabulário político moderno.

Semanticamente a palavra *partido* está carregada de significados que tiveram de ser superados – ou, ao menos, esclarecidos e distinguidos. Contudo, isto não significa que o debate terminológico seja o fundamental – apenas demonstra o quanto, até mesmo quando nos restringirmos às palavras, houve divergências. A prevalência da palavra *partido* se impôs histórica e factualmente – embora, na atualidade, ainda se compreenda *partido* de acordo com as características definidoras da *facção* ou mesmo com a palavra *seita*,

¹ Em nota, p. 51, Sartori observa que: “O artigo de Voltaire é sobre “Facção” (Edição de Genebra de 1778 da *Encyclopédie*, vol. XIII, p. 765). Mas o artigo sobre “Partido” diz: “partido é uma facção, interesse ou poder (*puissance*) considerado oposto a outra”; e um dos exemplos dados é o de que a “Itália foi dividida, durante

séculos, entre os partidos dos guelfos e dos gibelinos”. É um círculo também vicioso. As citações também se encontram no *Dictionnaire philosophique* de Voltaire.”

² A fonte das citações do autor é informada na nota 35, p. 53.

ainda que esta última esteja mais relacionada à linguagem religiosa, especialmente ao sectarismo e fanatismo das religiões.

A afirmação do partido político exigiu a diferenciação em relação à facção e, conseqüentemente, uma valoração positiva. Um dos aspectos que contribui para a compreensão deste processo diz respeito à crescente aceitação da tolerância e do pluralismo. Nas palavras de Giovanni Sartori (Ibidem, p. 33-34):

Quando Burke chegou a ver que os partidos tinham um uso positivo e necessário, não havia nenhuma teoria para apoiar sua opinião. Mas o terreno já havia sido preparado. A transição da facção ao partido baseia-se num processo paralelo: a transição ainda mais lenta, mais enganosa e tortuosa, da intolerância para a tolerância, desta para a dissensão, e da dissensão para a crença na diversidade. Os partidos não se tornaram respeitáveis porque Burke assim tenha declarado. Chegaram a ser aceitos – subconscientemente, e mesmo assim com uma formidável relutância – mediante a compreensão de que a diversidade e a dissensão não são necessariamente incompatíveis com a ordem política, nem necessariamente a perturbam. Neste sentido ideal, os partidos são correlatos com a *Weltanschauung* do liberalismo, e dela dependem. São inconcebíveis na visão que Hobbes ou Spinoza tinham da política, e não são admitidos na cidade de Rousseau. Só se tornam concebíveis, e foram concebidos na prática, quando o “horror da desunião” é substituído pela crença de que um mundo monocromático não é a única base possível da formação política. E isso equivale a dizer que, idealmente, os partidos e o pluralismo se originam do mesmo sistema de crenças e do mesmo ato de fé.

Ou seja, a aceitação do partido só se deu após um processo tortuoso e difícil que pressupôs a prevalência da tolerância, quando o dissenso passou a ser aceito enquanto necessário ao pluralismo político. Ainda assim, como muita relutância.

Por outro lado, a discussão terminológica não é determinante para o desenvolvimento dos partidos. O surgimento dos partidos modernos, que data da segunda metade do século XIX, corresponde às transformações econômicas, políticas e ideológicas determinadas pelo avanço da Revolução Industrial e as conseqüências da Revolução Francesa. Os partidos políticos correspondem às condições históricas determinadas. Como nota Duverger (1980, p. 19):

A analogia das palavras não deve levar a confusões. Chamam-se igualmente “partidos” as facções que dividiam as Repúblicas antigas, os clãs que se agrupavam em torno de um *condottiere* na Itália da Renascença, os clubes onde se reuniam os deputados das assembleias revolucionárias, os comitês que preparavam as eleições censitárias das assembleias revolucionárias, bem como as vastas organizações populares que enquadram a opinião pública nas democracias modernas. Essa identidade nominal justifica-se por um lado, pois traduz certo parentesco profundo: todas essas instituições não desempenham o mesmo papel, que é o de conquistar o poder e exercê-lo? Porém se vê, apesar de tudo, que não se trata da mesma coisa. De fato, os verdadeiros partidos datam apenas de um século. Em 1850, nenhum país do mundo (salvo os Estados Unidos) conhecia partidos políticos no sentido moderno do termo: encontravam-se tendências de opiniões, clubes, associações de

pensamento, grupos parlamentares, mas nenhum partido propriamente dito.

2. Diversidade de partidos e fins

Segundo a clássica definição de Max Weber (1999, p. 544), partidos são, “organizações voluntariamente criadas e baseadas no livre *recrutamento*, necessariamente sempre renovado, em oposição a todas as corporações fixamente delimitadas pela lei ou por contrato”. O partido político tem caráter associativo que o distingue de outras organizações sociais (sindicatos, associações profissionais, etc.), pois arroga-se o direito de representação dos interesses universais (diferente das instituições que defendem interesses corporativos e/ou particularistas) e buscam deliberadamente a conquista e o exercício do poder político.

A natureza peculiar do partido enquanto organização que objetiva o poder político, aliada à pretensão universalista, define a sua função. Assim, um partido político que não se coloque como objetivo a conquista do poder político é uma anomalia. Por outro lado, exercer o poder político significa dispor dos recursos para a direção e controle da sociedade, de acordo com os objetivos traçados e os interesses econômicos predominantes que influenciam os indivíduos e a estrutura partidária. Max Weber (1994, p. 188) observa que os partidos almejam “proporcionar poder a seus dirigentes”, a “seus membros ativos” e “oportunidades (ideais ou materiais) de realizar fins objetivos ou obter vantagens pessoais, ou ambas as coisas”. Ao definir conceitualmente os partidos políticos, o sociólogo alemão nos fornece o perfil dos vários tipos de partido, definidos pelos objetivos práticos que buscam:

Na prática, podem dirigir-se, oficial ou efetivamente, exclusivamente à

obtenção do poder político para o líder e à ocupação dos cargos administrativos (partido de patronato). Ou podem estar orientados predominantemente e conscientemente por interesses de estamentos ou classes (partido estamental ou de classe) ou por fins objetivos concretos ou por princípios abstratos (partido ideológico). Mas a ocupação dos cargos pelos seus membros costuma ser, frequentemente, um fim acessório, e os “programas” objetivos não raro apenas um meio de recrutar novos membros (Ibidem).

Os partidos, portanto, servem a fins diversos. No entanto, para serem aceitos socialmente devem aparecer à sociedade enquanto organizações com objetivos altruístas e universalizantes. Porém, reconhece Sartori (1982, p. 46), “os membros dos partidos não são altruístas, e a existência de partidos não elimina, de modo algum, as motivações egoístas e inescrupulosas”. Ele também admite que os partidos podem degenerar em facções: “Se um partido não é capaz de governar em função do todo, isto é, tendo em vista o interesse geral, então não difere de uma facção. Embora um partido só represente uma parte, essa parte deve adotar uma abordagem *não-parcial* do todo” (Ibidem, p. 47). Não obstante, ele reafirma a noção de que os partidos são fenômenos modernos recentes que se diferenciam das facções:

As motivações dos políticos para a busca do poder continuam constantes. O que varia são o processamento e as limitações impostas a tais motivações. Mesmo que o político partidário seja motivado pelo interesse pessoal apenas, seu comportamento deve disfarçar – se as restrições do sistema forem operativas – tal motivação. A diferença está, então, em que os partidos são instrumentos

de vantagens coletivas, de um fim que não é apenas a vantagem privada dos competidores (Ibidem, p. 46).

Dissimular as motivações e interesses particularistas! Parecer, a qualquer custo, que se orienta por ideais e interesses universais. Eis como, singelamente, o autor, ainda que com o intuito de defender os partidos, desvende uma das suas funções – o disfarce, a dissimulação é, enfim, mais sutil e se presta melhor à legitimação. Sartori esforça-se para diferenciar os partidos das facções. Segundo ele (ibidem, p. 46-47):

Os partidos ligam o povo a um governo, as facções não. Os partidos estimulam uma série de possibilidades do sistema, as facções não. Em suma, os partidos são instrumentos *funcionais* – servem a objetivos e desempenham papéis – e as facções não. E isso, em última análise, porque um partido é parte de um todo que procura servir aos propósitos desse todo, ao passo que a facção é apenas parte de si mesma.

Na prática, porém, os partidos desviam de suas funções – teoricamente definidas – e podem desempenhar o papel de facções. “É claro que os partidos podem ser disfuncionais, razão pela qual também são passíveis de forte crítica”, admite Sartori. Mas, alerta o autor, “não daquela que se aplica às facções – a falta de justificativa funcional”. Ainda assim, adverte que “os partidos bem podem recair em algo semelhante a uma facção. Neste sentido, o facciosismo é a sempre presente tentação para a organização partidária e para uma degeneração sempre possível” (Ibidem, p. 47).

À maneira do Estado, os partidos precisam aparecer para a massa dos eleitores enquanto defensores dos interesses gerais e indistintos da comunidade. Nenhum partido comete o

equivoco de afirmar-se defensor dos interesses econômicos da burguesia, dos banqueiros ou dos latifundiários. Seus programas políticos defendem, genericamente, o bem comum: saúde, educação, emprego, segurança, etc. Como observou Max Weber (1999, p. 544):

Seu objetivo é, hoje, sempre a obtenção de votos nas eleições para cargos políticos ou em corporações com voto. Um núcleo permanente de interessados no partido, reunidos sob um líder ou um subgrupo de notáveis, com organização mais ou menos firme e hoje muitas vezes com uma burocracia desenvolvida, cuida do financiamento, com a ajuda de mecenas, interessados econômicos, interessados na patronagem de determinados cargos ou mediante contribuições dos associados: na maioria das vezes, na base de várias destas fontes. Esse núcleo determina o programa atual, a forma do procedimento do partido e os candidatos. Mesmo no caso dos partidos de massas (que, como sempre, tem como consequência o desenvolvimento de um funcionalismo remunerado), a grande maioria dos eleitores, mas também dos simples “associados”, não participa (ou apenas formalmente) na determinação dos programas e dos candidatos.

Embora apresentem aspectos comuns, os partidos políticos cumprem funções específicas relacionadas aos sistemas políticos, determinados pela estrutura econômica-social nas diversas realidades dos estados-nações e circunstâncias históricas diferenciadas. O surgimento dos partidos políticos modernos é determinado por processos históricos específicos e isto influencia o seu desenvolvimento ulterior. Pois, “da mesma forma que os homens trazem durante toda a sua vida a marca da infância, assim também os partidos

experimentam profundamente a influência das suas origens” (DUVERGER, 1980, p. 19).

3. Partido: um fenômeno em contestação

“... os partidos são inevitáveis. Nenhum país grande e livre passou sem eles. Ninguém mostrou como o governo representativo poderia funcionar sem eles”
(James Bryce)³

Em geral, os partidos são aceitos enquanto organizações políticas essenciais ao funcionamento da democracia representativa. São concebidos enquanto meios de intermediação entre o povo e o governo, a sociedade civil e o Estado. Assim, são afirmados como organizações fundamentais para viabilizar as eleições e, conseqüentemente, a democracia enquanto forma de governo. Considerados enquanto pilares da democracia de massas, atuam enquanto caixas de ressonância dos interesses e anseios individuais, dos grupos e classes sociais. São, portanto, canais de expressão, meios de representação. “Ao se desenvolverem, os partidos não o fizeram – durante todo o século XIX e até boa parte do século XX – para transmitir ao povo os desejos das autoridades, mas antes para transmitir às autoridades os desejos do povo”, escreve Sartori (1982, p. 48).

Nesta concepção, os partidos “desempenham uma *função expressiva*”, ou seja, são “meios de comunicação”. Isto significa que não somente expressam os anseios e interesses que se propõem a representar. Se os partidos se limitassem à *função expressiva*,

poderiam ser substituídos por pesquisas de opinião. Mais do que expressar, eles “transmitem reivindicações *apoiadas por pressões*”, ou seja, “lança seu próprio peso nas reivindicações a que se sente obrigado a fazer eco” (Ibidem, p. 49). Segundo Sartori: “Os partidos não *expressam*, apenas, eles também *canalizam*”. Eles “organizam a caótica vontade pública” (Ibidem, p. 50).⁴

Os partidos são agregadores e instrumentos de seleção que possibilitam a formação de elites políticas. *Expressar, canalizar, agregar, selecionar*, etc., são suas funções, as quais alicerçam a democracia representativa. Esta seria a sua função primordial. Mas, em que medida os partidos políticos, em sua atuação real, confirmam esta expectativa? Eles não funcionam também como instrumentos de manipulação da opinião? Sartori admite que “em certos casos, desviam e deformam. E a objeção pode ser reforçada afirmando-se que *mais* do que expressar e refletir a opinião pública, os partidos a modelam e, na verdade, manipulam. Também se pode admitir isso, com exceção do “*mais*””. Embora aceite que os partidos “*também* formam e manipulam a opinião”, o autor desenvolve uma argumentação sofisticada em defesa dos mesmos:

Admitindo-se que os partidos sejam um canal de comunicação nos dois sentidos, disso não se segue que sejam um canal de transmissão descendente *na mesma medida* em que constituem uma correia transmissora ascendente. Há manipulação e manipulação: e enquanto os partidos forem partes (no plural), um sistema partidário presta-se à expressão vinda de baixo

³ In: *Modern Democracies*, Macmillan, 1921, vol. 1, p. 119, apud SARTORI, 1982, p. 44.

⁴ Sartori cita Sigmund Neumann (org.), *Modern Political Parties*, The University of Chicago

Press, 1956, p. 397 (apud ibidem p. 50). Nos itens 2.1 (p. 60-64) e 3.1 (p. 78-80), Sartori analisa a “função canalizadora” dos partidos.

muito mais do que à manipulação feita de cima. Bem pode ocorrer que o povo não tenha opiniões próprias, ou que suas opiniões sejam em grande parte formadas pelos que influenciam a opinião pública. Essa circunstância, porém, apenas confirma as proporções nas quais um impacto manipulador multicentrado e entrecruzado, difere de um tipo de manipulação unicentrada e auto-reforçadora, indicando com isso que a verdadeira manipulação, ou a “manipulação repressiva” surge precisamente quando o pluralismo partidário desaparece (Ibidem).

“*Eppur si muove!*” Parodiando a frase atribuída a Galileu Galilei: *No entanto, há manipulação!* Também os partidos têm interesses a defender. Não é por acaso que, desde as suas origens, também são contestados.

4. Crítica à organização partidária

“Tiveram os partidos políticos de impor-se de fato antes de serem reconhecidos de direito e, mais genericamente, antes de serem aceitos. Ainda hoje o tema da substituição dos partidos – pelas “forças vivas”, os “clubes”, a “democracia direta” etc. – é relativamente frequente e popular”⁵

“Mas o princípio da organização, politicamente necessário, se permite evitar a dispersão de forças, propícia aos adversários, envolve alguns perigos. Só escapamos de Scyla para cair em Caarybde. É que a organização constitui precisamente a fonte que as correntes conservadoras lançam na planície da democracia, e ocasionalmente, as inundações que tornam esta planície

irreconhecível” (MICHELS, 1982, p. 16).

A crítica anti-partido provém de várias direções. O senso comum rejeita os partidos amparado, muitas vezes, numa postura apolítica que confunde política institucionalizada – da qual os partidos constituem um dos elementos centrais – com a política enquanto práxis humana necessária à convivência em sociedade. A contestação também se nutre de fontes elitistas, conservadoras, de uma determinada concepção individualista liberal, das ideologias anarquistas, etc. Segundo Charlot (1982, p. 123):

A contestação dos partidos procede de dois pontos de vista e se nutre de duas grandes correntes ideológicas. Primeiro ponto de vista: o do cidadão **individual** que os partidos – por seu enquadramento – privariam de seus direitos e deveres de cidadão. É a crítica liberal dos partidos, na linha reta da doutrina de Jean-Jacques Rousseau sobre a democracia e o bem comum, ou ainda a crítica socialista de partidos burocráticos que esqueceriam seus militantes e seu ideal para salvar sua organização. Segundo ponto de vista: o do **conjunto** nacional, do todo político que os partidos – divisores por natureza, agressivos por vocação – comprometeriam.

O apartidarismo, portanto, tem diversas matizes, não necessariamente confluentes. Nem toda crítica anti-partido expressa ideologias à esquerda, como também não há convergência entre as suas motivações. A literatura sobre o tema nos apresenta análises que, desde Moisei Ostrogorski⁶, enfatizam os limites e conseqüências da

⁵ A citação é de CHARLOT (1982, p. 123) – cf. MOSSUZ (Janine), *Le Clubs et la politique en France*, Paris, A. Colin, (Dossier “U2”, série Politique), 1970, 128 págs.

⁶ Moisei Ostrogorski (1854-1919), publicou os dois volumes de *Democracy and the*

Organization of Political Parties em 1902. Sua obra seminal influenciou os estudos posteriores sobre os partidos político, inclusive Max Weber e Robert Michels.

institucionalização e burocratização da organização. Ostrogorski, ao estudar os partidos nos Estados Unidos e na Inglaterra, salienta “os poderes exorbitantes da Organização que então se forja e busca os meios de salvaguardar o direito dos cidadãos contra os partidos”. Para evitar os males dos partidos, ele propõe, simplesmente, a proibição destes enquanto organização permanente e a sua substituição por organismos provisórios, ou seja, “agrupamentos **ad hoc** que, uma vez atingido o objetivo específico para o qual se formaram, logo se dissolveriam” (Ibidem, p. 124). Ostrogorski conclui que os partidos, ainda que orientados por objetivos nobres, tendem a perpetuarem-se e a degenerarem tão logo são formados.

A contestação à organização partidária é retomada por Robert Michels (1876-1936), a partir da análise da social-democracia alemã. No início, a organização social-democrata é formada por grupos pequenos que não necessitam de um aparelho complexo de funcionários permanentes. Nos primeiros passos, vigora a democracia: não há a divisão do trabalho acentuada; a distância entre dirigentes e dirigidos é mínima; e, os dirigentes operários, saídos espontaneamente das lutas, exercem essa função nas horas “livres”, sem se desligarem do trabalho manual. Mas o crescimento das organizações de massa impõe a complexidade das tarefas, a exigência da especialização e, conseqüentemente, a necessidade de um aparelho e de funcionários permanentes. Esta é raiz mais profunda do fenômeno burocrático. Segundo Michels (1982, p. 21), a especialização técnica tornou necessário a “direção dos negócios”. Disso resulta que o poder de decisão foi, pouco a pouco, subtraído das massas e concentrado nas mãos dos dirigentes. Estes, que no início tinham a função de

órgãos executivos da vontade coletiva, “em breve se tornam independentes das massas, frustrando o seu controle”.

Essa separação foi facilitada pelos efeitos da divisão do trabalho na sociedade capitalista, os quais interferiram nas condições de organização do movimento operário. Ao proletário foi reservado o destino de dias de trabalho intenso e fatigante no interior da fábrica. O operário de base de um partido não dispõe de tempo nem de meios para realizar sua educação política, para ampliar seus conhecimentos teóricos e científicos. Restrito ao mundo da fábrica, ele não tem liberdade nem condições econômicas de deslocamento. Assim, entre a base do partido e sua direção existe um abismo, uma desigualdade determinada pelas condições objetivas.

Dessa maneira, a organização carrega em sua gênese os germens da oligarquia. Esta é a tese principal de Robert Michels. Para ele:

Quem fala em organização fala em tendência à oligarquia. Em cada organização, seja um partido ou uma união de professores, etc., a inclinação aristocrática manifesta-se de uma maneira muito acentuada. O mecanismo da organização, ao mesmo tempo que lhe dá uma estrutura sólida, provoca na massa organizada graves modificações. Ela altera completamente as respectivas composições de chefe e massas. A organização tem o efeito de dividir todo o partido ou sindicato profissional em uma minoria dirigente e uma maioria dirigida (Ibidem).

O crescimento eleitoral do partido, e a conseqüente conquista de espaço no parlamento e nas demais instituições do Estado, produz a necessidade de manter e ampliar a influência da organização sobre a sociedade. A estratégia do

partido torna-se mais abrangente – no sentido de atrair novas camadas sociais para além da massa operária. Isto provoca transformações internas que contribuem para a sua integração nas instituições da ordem social que objetiva transformar. Estas circunstâncias induzem ao aburguesamento da direção e da organização.

Para Michels, “o aburguesamento dos partidos operários” resulta de três fatores: “a adesão de pequenos burgueses aos partidos proletários”; a organização operária enquanto fator que propicia a formação de novas camadas pequeno-burguesas; e, a defesa contra as perseguições patronais. No primeiro caso, por razões quase sempre eleitorais, o partido operário procura o apoio da pequena-burguesia. Essa aproximação gera consequências que acabam por transformá-lo em partido do “povo” – “Seus apelos não se dirigem mais apenas aos “irmãos operários de uniforme”, mas “a todo o povo que produz”, a “todo o povo que trabalha”, expressões essas que se aplicam a todas as camadas, salvos os ociosos que vivem de suas rendas” (Ibidem, p. 155). Em segundo lugar, Michels nota que as necessidades desencadeadas pela luta de classes produziram “metamorfoses sociais” no seio do partido, pois terminam por arrancar “certos grupos de indivíduos, numericamente insignificantes, mas de importância qualitativa muito grande”, das “profundezas da classe proletária e elevados à dignidade de burgueses” (Ibidem, p. 156).

Neste aspecto, a social-democracia é exemplar. Na medida em que se desenvolve, cresce e se especializa, a máquina partidária necessita de mais funcionários “para seu funcionamento e sua conservação”. Parte das funções são ocupadas pelos intelectuais vinculados ao partido, por um “número restrito de

desertores burgueses”. Mas, ressalta Michels, “a maior parte dos cargos são ocupados por homens pertencentes à classe operária que, com zelo e estudo, souberam ganhar a confiança de seus camaradas” (Ibidem, p. 157).

Eis os efeitos da divisão social do trabalho. Ao operário só é possível romper a disparidade em relação aos dirigentes se ele dispor de tempo e meios que lhe permita apropriar-se do conhecimento e do poder de direção. Isto significa o abandono do trabalho manual, o afastamento do local de trabalho. O operário é, então, incorporado ao partido e, remunerado, passa a viver da política e, somando-se à elite operária que, num processo de “seleção natural”, termina exercendo “funções diametralmente opostas às suas funções ou ocupações habituais” (Ibidem).

Para o operário estas mudanças implicam em vantagens visíveis e consideráveis. Livre da prisão fabril, ele pode desenvolver suas potencialidades intelectuais; pode usufruir de meios que, até então, estavam em poder da militância socialmente vinculada aos extratos da pequena-burguesia e da burguesia. Mas, ao adentrar neste novo ambiente, o operário, pouco a pouco, afasta-se de sua origem de classe para elevar-se à condição de pequeno-burguês. Ainda que mantenha contato permanente com as massas, está sujeito a uma profunda transformação nas condições materiais e psicológicas da vida. O caminho de volta torna-se difícil e, mesmo, impraticável. Isto é ainda mais acentuado no caso do operário que, devido à sua atividade burocrática, perde o contato com as massas e reduz seu mundo ao da máquina partidária. De qualquer forma, o determinante é a nova condição social em que este se encontra.

Michels fez uma analogia entre a importância que o movimento operário

teve para a classe trabalhadora e o significado que a Igreja Católica teve para setores da pequena-burguesia e da população rural: ambos se tornaram meios de ascensão social. Quanto mais se amplia e torna-se complexa a máquina burocrática, maiores as chances de muitos elevarem-se acima da sua condição social. O Partido Socialista teria “a tarefa involuntária de afastar do proletariado alguns dos seus elementos mais capazes e mais perspicazes” (Ibidem, p. 161).

Por outro lado, ele reconhece que muitos operários, embora tenham alcançado uma situação econômica e social melhor, não permanecem “profundamente ligados à causa socialista. Mas nesse caso, o operário é, a exemplo do burguês, um “ideólogo”, pois sua mentalidade não se ajusta com o lugar que ele ocupa na sociedade”, afirmou Michels (Ibidem).

O terceiro fator de aburguesamento é a “defesa patronal” (Ibidem, p. 162-165). Perseguidos pelos patrões e governo e lançados ao desemprego, muitos operários veem-se impelidos a montarem um negócio como meio de sobrevivência e resistência à ação repressiva patronal. Com o tempo, munidos deste pequeno negócio, onde vendem mercadorias ou um serviço qualquer e sustentados por uma clientela oriunda do próprio movimento, estes operários independentes transformam-se em pequenos comerciantes e elevam-se à condição de pequeno-burgueses, de participantes da classe média.

Ao mesmo tempo, estes ex-proletários, “em nome de um direito moral superior”, esperam que seus camaradas continuem sustentando-os com suas compras e resistem a qualquer modificação que o partido procure impor nestas relações mercantis – mesmo quando estes negócios são prejudiciais aos próprios

trabalhadores (ex.: os antigos albergues insalubres).

Comentando a proposta de Ostrogorski – “por um sistema de associações temporárias que só seriam formadas em vista da realização de um fim determinado e se dissolveriam uma vez atingido esse fim (*league system*)” – Robert Michels é contundente:

Ora, a análise dos partidos políticos nos termos submetidos até aqui autoriza-nos a duvidar da eficácia desse meio. Sua adoção não constituiria um progresso sensível, mesmo que fosse possível suprimir através de um simples decreto os organismos que fizeram nascer a evolução histórica e a necessidade (Ibidem, p. 216).

A crítica de Robert Michels à organização tende ao fatalismo. Em sua concepção, a organização explica por si mesma a vitória da burocracia. Michels coloca a questão como um impasse irresoluto. Mas a tendência ao burocratismo também inclui em seu cerne contra tendências anti-burocráticas. Esta é a promessa do anarquismo crítico à organização partidária, mas não necessariamente oposto a qualquer organização – salvo o anarquismo individualista. Aliás, Michels reconhece aos anarquistas “o mérito de terem sido os primeiros a insistir com energia sobre as consequências hierárquicas e oligárquicas das organizações de partido” (Ibidem, p. 213). Mas, critica-os igualmente, na medida em que passaram a adotar formas coletivistas de associação:

Não obstante, o anarquismo, que é um movimento libertador fundado no direito inalienável do homem sobre a sua própria pessoa, sucumbe, na mesma medida que o partido socialista, à lei do autoritarismo, desde que abandona o campo do

pensamento puro e desde que seus prosélitos se reúnem em associações que têm por fim o exercício de uma atividade política qualquer (Ibidem, p. 215).

“Quem diz organização, diz oligarquia”, conclui Michels. Portanto,

Toda organização de partido representa uma potência oligárquica repousada sobre uma base democrática. Encontramos em toda parte eleitores e eleitos. Mas também encontramos em toda parte um poder quase ilimitado dos eleitos sobre as massas que elegem. A estrutura oligárquica do edifício abala o princípio democrático fundamental (Ibidem, p. 238).

A intenção de Robert Michels era “demolir algumas das fáceis e superficiais ilusões democráticas que confundem a ciência e induzem as massas ao erro” e “trazer à baila algumas das tendências sociológicas que se opõem ao reino da democracia e, numa medida ainda maior, ao do socialismo”. Contudo, ainda que enfático na afirmação da tendência oligárquica, o que compromete a própria democracia, ele ressalta que não intenta negar “que todo movimento operário revolucionário, animado de sincero espírito democrático, não esteja em condições de contribuir para o

enfraquecimento das tendências oligárquicas” (Ibidem, p. 240-241).

A análise de Robert Michels é polêmica e facilmente caracterizada como pessimista.⁷ As opções políticas do autor acirraram ainda mais o debate sobre sua obra, inclusive com a tentativa de desqualificá-la. Não obstante, ainda que não concordemos com a exposição e conclusões, constitui um clássico na literatura política.⁸ Ao revelar os impasses e paradoxos da democracia e da organização social-democrata, seu estudo permanece atual e contribui para a reflexão sobre os limites e dificuldades dos partidos políticos no contexto democrático.

Não por acaso, a contestação do fenômeno dos partidos modernos é recorrente. Década depois da publicação de *Democracy and the Organization of Political Parties* (Ostrogorski) e *Sociologia dos partidos políticos* (Robert Michels), Simone Weil retoma a proposta de supressão dos partidos políticos. Ela enumera suas características básicas:

Um partido é uma máquina de fabricar paixão coletiva. Um partido político é uma organização construída de modo a exercer a pressão coletiva sobre o pensamento de cada um dos seres humanos que dele são membros. O fim primeiro, e

⁷ No prefácio da edição francesa – da qual foi traduzida a edição brasileira citada – Robert Michels defende-se das críticas: “Muitos qualificaram meus estudos de “ciência pessimista”. Outros viram nisso o mérito, considerando o otimismo em ciências sociais como mera mentira. Alguns até mesmo admitiram que o pessimismo decorre fatalmente da constatação dos fatos existentes no livro. Mas, com respeito a este ponto, dirigiram-me críticas sérias, embora às vezes um tanto ingênuas” (MICHELS, 1982, p. 9).

⁸ O prefaciador da presente edição – não identificado – escreve: “Os próprios fatos que deveriam condená-lo, voltam-se em sua defesa.

Ultrapassada certamente em alguns pontos a obra é profética em outros. Merece a reputação de ser um clássico. Esclarece acontecimentos posteriores: ao observar, por seu intermédio, o funcionamento da Social-Democracia, explica-se, por exemplo, que Rosa Luxemburgo tenha contra a rigidez do aparelho e combatido sem trégua a burocracia do Partido. Ajuda também a compreender de que modo esta mesma Social-Democracia foi incapaz de opor-se eficazmente à maré do Nacional-Socialismo, paralisada como estava pelo peso de sua própria organização, a concentração de responsabilidade, a perda de iniciativa” (Ibidem, p. 6).

em última análise, o fim único de todo partido político é seu próprio crescimento, e isso não tem limites (*apud in* CHARLOT, 1982, p. 124).⁹

No centro das preocupações de Simone Weil encontra-se a defesa da liberdade individual, a qual tende a ser cerceada e suprimida pela organização partidária. Embora influenciada pela experiência do nazismo, Weil segue a trilha aberta por Rousseau e Moisei Ostrogorski, os quais receiam a consolidação dos grupos, “pois o espírito de grupo, deforma a livre busca pessoal da verdade e a descoberta comunitária do interesse geral” (Ibidem, p. 125). Seja na opinião do senso comum, em análises teóricas requintadas, ou mesmo na permanência da crítica anarquista, a contestação permanece atual.

Considerações finais

On ne détruit réellement que ce qu'on remplace, dizia o poeta Baudelaire: só se destrói, realmente, aquilo que se substitui. Enquanto a substituição não se opera, permanece uma certa abstratividade na negação. Sublevar-se pode ser uma manifestação de generosidade, porém a eficácia transformadora depende do encaminhamento de um projeto que possa viabilizar-se e criar um novo quadro, uma nova realidade (KONDER, 2009, p. 46).

São as contradições do ser no mundo, da ação que objetiva transforma a realidade. Os que almejam transformar a realidade social são “inevitavelmente marcados pelas sociedades” que se empenham em negar e contra as quais se insurgem. Trazem “na consciência tanto a abertura para o futuro a ser criado quanto as taras do passado e as distorções ideológicas do presente” (Ibidem, p. 240). Na dialética entre o *ser* e o *vir-a-ser*, há o risco de se

perder no caminho e abandonar o objetivo inicialmente delimitado, ou substituí-lo por outros.

Paradoxalmente, a ação política que almeja revolucionar a sociedade na qual se insere é condicionada pelo *status quo*. Na medida em que se fortalece enquanto organização e força política, impõe-se a necessidade de flexibilizar, fazer concessões e adaptar-se. As conquistas resultam na adaptação à ordem vigente. O objetivo da transformação radical da sociedade é substituído pela conquista gradual de reformas. A revolução é postergada ao futuro incerto, mas permanece a retórica socialista. A trajetória da social-democracia comprova-o.

Historicamente, a trajetória da Social-Democracia confirma que os partidos políticos servem fundamentalmente à manutenção do *status quo*. A estratégia, em geral, foi afirmarem-se enquanto imprescindíveis à democracia representativa – mesmo nos países em que predominou o partido único, a organização pareceu inerente à necessária canalização e comunicação entre governantes e governados.

É certo que outras forças políticas recusaram o caminho da adaptação à sociedade burguesa e permaneceram na senda da revolução. Dissidentes da ordem burguesa, terminaram por protagonizar revoluções – a Revolução Russa de 1917 ilustra esta perspectiva. Em outras palavras, seria preciso analisar as forças políticas que, organizadas enquanto partidos, permaneceram fiéis à perspectiva revolucionária, à contestação da ordem societária burguesa. Este legado permanece atual e seus objetivos são perseguidos pelos

⁹ A crítica da autora na íntegra encontra-se em: “Pela supressão dos partidos políticos” (2016).

diversos partidos que se autodenominam revolucionários.

Sob o impacto e influência da Revolução Russa (1917), a formação dos diversos partidos comunistas objetivava resgatar e atualizar os compromissos originários dos primeiros revolucionários sociais-democratas. A vitória da Revolução Russa fortaleceu esta perspectiva. Porém, de uma perspectiva histórica, esta alternativa também se revelou fracassada – na medida em que a generosidade da utopia anunciada resultou em um sistema autoritário do partido único. O stalinismo é a sua expressão cabal. Também neste caso, o partido que subverteu a ordem, tão logo alcançou o poder e sentiu suficientemente forte, procurou, de todas as formas, garantir o *status quo*, ainda que sob o preço da contrarrevolução. Com efeito, o legado da Revolução Russa permanece presente na constituição de partidos cujo objetivo é fazer a revolução. Em certa medida, também são herdeiros da social-democracia revolucionária em seus primórdios. Não obstante, dado o escopo do texto, não é possível se deter na análise dos partidos comunistas.

De qualquer forma, seja nas “democracias burguesas” e/ou nos regimes de partido único, o século XX foi o século da consolidação do sistema de partidos. Estes, ainda que

questionados, seguem cumprindo a sua função essencial: sustentar o *status quo*.

Referências

- CERRONI, Umberto. **Teoria do partido político**. São Paulo, LECH, 1982.
- CHARLOT, Jean. **Os Partidos Políticos**. Brasília, Editora a UnB, 1982.
- DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Editora da UnB, 1980.
- KONDER, Leandro. **A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília, Editora da UnB, 1982.
- SARTORI, Giovanni. **Partido e sistemas partidários**. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Editora da UnB, 1982.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. (Vol. 1) Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1994.
- _____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. (Vol. 2) Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1999.
- WEIL, Simone. **Pela supressão dos partidos políticos**. Editora Áyiné: Veneza-Itália; Belo Horizonte-Brasil, 2016.

Recebido em 2020-03-27
Publicado em 2020-03-28